ZUCHETTO, Suzana Casella. *A educação no município de São Paulo e a formação dos educadores*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NOS GOVERNOS DEMOCRÁTICOS

*Mestranda em Educação pela UNINOVE. Pedagoga com especialização em Psicopedagogia.

*Maria Teresa Zeggio**

O estudo comparativo das diversas políticas educacionais do município de São Paulo, entre os governos que administraram a cidade de 1983 a 1997, é o assunto deste livro de Suzana Casella Zuchetto. São poucos os trabalhos que procuram dar ao tema um enfoque tão pragmático, explorando os dados de modo cuidadoso e chegando a resultados não raro surpreendentes. A desenvoltura no trato de questões tão polêmicas – como os convênios escolares ou as mudanças nas concepções educacionais – faz do livro dessa pedagoga, por formação, e docente da escola pública, por opção, uma obra, da concepção ao resultado, bastante original. Não bastasse essa originalidade, trata-se de um assunto que, por ter uma ligação direta com as políticas públicas relacionadas à educação paulistana, é de interesse de todos os profissionais que, seja em escolas públicas, seja em escolas privadas, se dedicam à carreira docente.

Segundo Suzana Zuchetto, a alteração de diferentes partidos políticos

no poder municipal, muitas vezes com princípios divergentes, teve como resultado mais pernicioso para a educação a descontinuidade administrativa das propostas educacionais, o que teria incidido principalmente sobre a formação contínua, que é, aliás, o fio condutor de todo o livro. Assim, a autora apresenta, como o objetivo mais relevante de seu trabalho, fazer a discussão da política educacional e das ações de formação do professor nas administrações municipais do período em questão.

Essas políticas educacionais, sempre de acordo com a autora, alternaram princípios progressistas, com Mário Covas e Luíza Erundina, e liberais, com Jânio Quadros e Paulo Maluf. Desse modo, tais políticas conheceram diferentes referenciais teóricos, conceitos de qualidade e programas de formação de professores. Reportando-se a educadores como Paulo Freire, Antonio Nóvoa e José Fusari, a fim de fundamentar sua análise comparativa das políticas das quatro gestões estudadas, a autora começa lembrando que, até o final da década de 20, a cidade

de São Paulo não teria revelado nenhum compromisso com os problemas educacionais, julgando-os de responsabilidade do governo do Estado. Nesse sentido, os poucos recursos municipais destinados à educação voltavam-se para a manutenção da Biblioteca Pública, do Teatro Municipal e de escolas particulares, estas ligadas a entidades beneficentes. Com o crescente processo de industrialização por que passou o país – e, particularmente, a cidade de São Paulo – em meados do século XX, a população começou a reivindicar a presença do município na área educacional, estabelecendo-se, em 1942, o convênio entre o estado e o município, e instituindo-se o Fundo Nacional do Ensino Primário, que determinava que a esfera municipal assumisse as construções dos prédios escolares, enquanto a estadual se obrigava a criar e instalar classes e nomear professores.

Tal convênio, objeto de acirradas disputas políticas durante a década de 1950, resultou numa ampliação significativa da rede de ensino, tendo como consequência mais imediata a criação do Grupo Municipal de Ensino Primário Jaçanã (1953), o qual daria origem à rede municipal de ensino em São Paulo. É ainda por volta dessa época que o então prefeito Wladimir Toledo Piza instituiu o Sistema Escolar Municipal (1956),

mais um passo na organização definitiva do sistema educacional do município paulistano, com a posterior criação, em 1959, da Secretaria de Educação e Cultura e do Departamento de Ensino Primário do Município. Daí em diante, uma série de atos político-administrativos daria mais consistência à consolidação da rede de ensino municipal, como a criação do Instituto Municipal de Educação e Pesquisa (1968), a reestruturação do Departamento Municipal de Ensino (1971) e da Divisão de Orientação Técnica (1972), além da realização de concursos públicos para os cargos de orientador pedagógico e professor primário, da definição da carreira do magistério e da instituição da formação contínua.

É a partir da década de 1980 que se podem verificar mudanças de concepções educacionais por que passou a educação municipal. Segundo Suzana Zuchetto, o governo de Mário Covas (1983-1985) – especificamente no que se refere à política educacional paulistana – ter-se-ia caracterizado pela competência técnica, investindo na formação de professores e especialistas, por meio de convênios com universidades; reconhecendo o papel da pré-escola como educação formal; criando a função de auxiliar pedagógico nas Escolas Municipais de Educação Infantil, e reestruturando a carreira do magistério.

Nesse sentido, esse período teria representado grande avanço na formação do educador, havendo, apesar de propostas descontínuas e isoladas, ações concretas de valorização da carreira docente.

Já o governo de Jânio Quadros (1986-1988) seria caracterizado por uma espécie de autoritarismo local, instituindo uma visão mais conservadora do processo educacional, inclusive com a descontinuidade do trabalho iniciado anteriormente. É neste período, por exemplo, que a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a Secretaria Municipal da Família e do Bem-Estar Social (FABES) são unificadas, dando origem à Secretaria Municipal de Educação e do Bem-Estar Social (SME-BES), o que levou à substituição da assessoria e do acompanhamento pedagógicos pela simples fiscalização das atividades relativas ao processo educacional. No tocante à formação docente, solicitou-se aos especialistas, diretores e assistentes que participassem de cursos de atualização administrativa, legislações e procedimentos, enquanto os coordenadores pedagógicos passaram a ser preparados para atuarem como multiplicadores e mediadores entre o sistema municipal e o professor.

O governo de Luíza Erundina (1989-1992), por sua vez, teria instituído mudança significativa na política

educacional do município, optando pela construção de uma escola pública popular. Tendo à frente da Secretaria de Educação a figura do célebre educador Paulo Freire, criou-se uma política administrativa que privilegiava a participação da comunidade, a descentralização e a autonomia, buscando-se, com isso, a qualidade do ensino voltada para os interesses e necessidades das camadas populares. O ensino, portanto, passava a dar ênfase à formação do que se convencionou chamar de 'sujeito social'. Foi nesse período, ainda, que foram implantados o sistema de ciclos, um novo conceito de avaliação e uma proposta mais arejada do currículo escolar, numa concepção da educação, segundo o próprio Paulo Freire, mais humanista, crítica e libertadora. Quanto à formação dos professores, a Secretaria Municipal estabeleceu um Projeto de Formação Permanente dos Educadores, cuja atuação se fundamentava no princípio da ação-reflexão-ação (trabalho que propiciava ao educador momentos de troca e resgate da identidade pessoal e profissional), valorizando – sempre de acordo com o ideário pedagógico de Paulo Freire – a relação teoria-prática, o princípio da interdisciplinaridade e o estudo da realidade local das escolas.

Finalmente, o governo de Paulo Maluf (1993-1997) poderia ser caracterizado pelo conceito de racionalidade

empresarial, o qual propunha, entre outras coisas, a normatização administrativa, adotando-se, nesse sentido, a política educacional da Qualidade Total na Escola. A formação contínua dos educadores volta-se para as capacitações, reuniões, cursos, palestras e encontros, sem, contudo, apresentar um efetiva continuidade. Foram firmados convênios - como, por exemplo, entre a Prefeitura e a Faculdade de Educação da USP –, alguns dos quais tiveram o mérito de instrumentalizar os coordenadores pedagógicos para o trabalho coletivo na escola. Articulando as informações expostas, Suzana Zuchetto apresenta-nos, ainda, uma relevante pesquisa de campo com educadores da rede pública municipal, a qual trata de questões relacionadas principalmente à formação contínua dos profissionais docentes. Os dados obtidos na pesquisa apontam, entre outros fenômenos, um alto índice de reconhecimento da importância da formação contínua e de crença na reflexão sobre a prática pedagógica, apesar de serem apontadas deficiências no processo global de formação docente.

Arriscando uma explanação conclusiva dos fatos e dados apresentados ao longo de sua obra, a autora salienta que a idéia de formação contínua do educador está presente na legislação

do ensino municipal desde sua implantação, mas é somente a partir da década de 1980 que passa a vigorar uma percepção mais crítica do processo educacional, com a implementação de propostas de formação do educador como processo, continuidade e aperfeiçoamento em serviço, embora somente na gestão Erundina se tenha realizado um programa efetivo de formação contínua.

Enfatizando a importância da formação contínua na escola e fora dela, mas reconhecendo que tal formação depende das condições de trabalho oferecidas aos educadores e das atitudes destes diante de seu desenvolvimento profissional – como, aliás, já sugeriu com propriedade José Fusari, um dos teóricos que serviram de fundamento metodológico à obra em questão –, a autora assume um posicionamento crítico diante da falta de planejamento de políticas educacionais, da carência de referenciais teóricos explícitos em algumas administrações municipais, da necessidade de um programa de formação contínua do educador como mediador da transformação da escola pública, questões polêmicas atualizadas coerente e convincentemente em seu livro. Assim, a autora preenche, uma antiga lacuna